

O FAZER POLÍTICA EM MACBETH

Silvana Colombelli Parra Sanches (IESF/FUNLEC)

Resumo

Este artigo propõe questionar o ato de fazer política, através da análise de uma obra de Shakespeare, “Macbeth” compreender como o bem, o mal e a racionalidade do julgamento se conjugam ou se diferem no agir político do personagem, este ato que oscila entre ser legalizado, tradicionalizado ou carismático, mas que, apesar de contraditório, ultrapassa milênios e subsiste em sociedades das mais complexas. Shakespeare estruturou um personagem tirano que galgou um poder através de um *status* legítimo, pois foi obtido através da sucessão “natural” ao trono; mas não pode ser considerado um poder legal, no sentido de Weber, pois foi desde o início marcado por crimes. A legalidade pressupõe uma racionalidade no agir político, racionalidade esta cunhada na ética profissional do político. Entretanto, o poder tradicional monárquico impera na obra literária e nos convida a pensar sobre a tirania e a não-tirania. Busca-se em Hannah Arendt estabelecer relação entre o pensar e a capacidade de fazer o mal ao participar do cenário político. A busca pela racionalidade do julgamento no agir político é uma alternativa relevante, apesar de muitas vezes expressar interesses particulares, de grupos ou categorias que exercem maior domínio nas relações sociais e políticas.

Palavras-chave: *política; reflexão; racionalidade.*

Abstract

This article aims to question the act of doing politics, through the analysis one of Shakespeare’s masterpieces, “Macbeth” – understand how the good, the evil and the rationality of the judgment unit themselves or differ in the political acting of the character, an act which oscillates among being legalized, traditionalized or charismatic, but although contradictory, transcends millenniums and subsists in the most complex societies. Shakespeare has structured a tyrannical character which ascends power through a legitimate status obtained through the “natural” succession to the throne; but in Weber’s view ,it cannot be considered a legal power for having been marked by crimes since its beginning. The legality presupposes rationality in the political acting, a rationality which is coined in the professional ethics of the politician. However, the monarchic traditional power reigns in the literary work and invites us to think about the tyranny and non-tyranny. We search in Hannah Arendt’s to establish the relation between the act of thinking and the capacity of doing the evil when taking part in the political scenery. The search for the judgment’s rationality in the political acting is a relevant alternative although it very often expresses private interests of groups or categories which perform a larger domain in the social and political relations.

Keywords: *politics; reflection; rationality.*

1. INTRODUÇÃO

Quando se toma uma decisão, é preciso tapar os ouvidos mesmo aos melhores argumentos contrários. É o indício de um caráter forte. Quando oportuno, deve-se, portanto, fazer triunfar a própria vontade até a estupidez. (NIETZSCHE, 2007, p. 84).

A peça Macbeth foi e continua sendo objeto de análise em inúmeras disciplinas como a psicanálise, a psicologia, a história e a literatura. Pretende-se aqui analisá-la a partir de idéias cunhadas pelas ciências sociais, apesar de utilizar também conceitos, noções e preocupações teóricas dos demais campos do saber. A tragédia Macbeth, escrita entre 1603 e 1606, ilustra a questão das relações de poder com bastante eloquência. O contexto inglês propiciava a absorção pela população de obras com esta profundidade:

Em 1476 criara-se a primeira gráfica da Inglaterra; concomitantemente as pessoas se formavam intelectualmente. A sociedade que recebeu as obras de Shakespeare contava com a estabilidade da língua inglesa, maior alfabetização, maiores condições de expressividade e o sentimento nacionalista, tendo como maior exemplo a rainha Elizabeth I e sua corte seleta e intelectualizada. Ele toma-se, portanto, uma criação desse orgulho nacional, concretizado no movimento em que o homem volta-se para si e propõe artisticamente reflexões filosóficas acerca da sociedade e seus valores (RAMOS, 2008, p.20).

Weber, sociólogo que viveu entre os séculos XIX e XX, escreveu em “A Política como vocação” que a política se faz através da participação no poder ou através da luta para influir na distribuição de poder. Para além do “fazer o bem”, a ética de um político deveria ser orientada para fins e responsabilidades racionais, independente da ética cristã. Nesse sentido, coloca que os políticos como vocação “[...] são em toda parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta política pelo poder.” (1967, p.59) A questão poderia ser pensada sobre como os poderes politicamente dominantes conseguem manter seu domínio. Pela força física? Pela demagogia (no ocidente)?

Na obra de Shakespeare, o triunfo político se confunde com assassinatos, loucuras e ambição. Lady Macbeth, em certo momento da peça, lê a carta escrita pelo Macbeth, seu marido, na qual ele revela a esperança de poder desencadeada por visões de futuro descritas por bruxas: “Temo porém, a tua natureza cheia de leite da bondade humana, que entrar não te consente pela estrada que vai direito à meta. Desejaras ser grande, e não te encontras destituído, de todo, de ambição; porém careces da inerente maldade.” (2001, p.10) Na política, segundo Arendt (1993), atos maléficis cuja raiz não se encontra na maldade, patologia ou convicção ideológica do agente “[...] tratam-se de uma curiosa e bastante autêntica incapacidade de pensar.” (1993, p.145) Partindo-se do pensamento desta autora,

pode-se dizer que será este o caso de Macbeth? Arendt evidencia a questão de se a maldade seria condição necessária para se fazer o mal, ou se também o fracasso da consciência moral levaria-nos ao mesmo fim, mesmo que esta não seja a intenção inicial. Nietzsche, que escreve no plural “as morais”, as define como “*a linguagem figurada das paixões*” (2007, p.99). Este filósofo coloca que:

Toda moral é, em oposição ao *laissez aller* (deixa correr), uma espécie de tirania contra a “natureza” e também contra a “razão”. Mas isso não pode servir de objeção contra ela, se não fosse preciso decretar, em nome de outra moral, qualquer que fosse, que toda tirania e irracionalidade são interditas. O que há de inapreciável em toda moral é que é uma coação prolongada (NIETZSCHE, *grifo do autor*, 2007, p.99).

Assim, de um modo arbitrário e contrário à razão, para Nietzsche “a longa servidão do espírito, a desconfiada coação na comunicabilidade dos pensamentos, a disciplina que o pensador se impunha [...] se revelaram como meios de educação pelo qual o espírito europeu chegou ao seu vigor [...]” (2007, p.100). A incisiva filosofia deste autor nos revela que é a “natureza” da moral que ensina a depreciar a excessiva liberdade e que implanta a necessidade de horizontes limitados e de tarefas atingíveis, é a moral que nos encolhe as perspectivas, a ambição desmedida com relação ao gozo da vida e de exercício total de nosso potencial de crescimento, seja ele material, intelectual ou de *status* social. Ramos afirma que, em Macbeth, “o crime é cometido conscientemente pelo herói trágico. O remorso o inibe em um primeiro momento, mas para Macbeth **sangue atrai sangue**, como se uma nova morte o alimentasse, o fortalecesse. Começa aí, portanto, seu declínio moral.” (2008, **grifo da autora**, p.22). Segundo esta autora Macbeth racionaliza o ato, ele pensou sobre e optou, decidiu pelo mal. Para Ramos, apesar da “predestinação” anunciada pelas bruxas, o personagem teve momentos de reflexão sobre as anúncios e fez a escolha.

Lady, lendo a carta de Macbeth, continua: “O que desejas com fervor, desejaras santamente; não queres jogo ilícito, ruas queres ganhar mal. Desejaras, grande Glamis, possuir o que te grita: desse modo precisarás fazer, para que o tenhas!” (2001, p.10) Nota-se que Macbeth racionaliza o ato (o assassinato do rei), antes de fazê-lo e mesmo assim o pratica. Será que ele pensou de fato? Arendt distingue pensar de conhecer, para ela, conhecer é saber algo, pensar é refletir sobre algo. Conforme a autora:

A incapacidade de pensar não é estupidez; pode ser encontrada em pessoas inteligentíssimas; e a maldade dificilmente é sua causa, no mínimo porque a irreflexão, bem como a estupidez, são fenômenos bem mais frequentes do que a maldade. (1993, p.149)

Desta forma, Arendt aponta que diversas conjunturas políticas da história da humanidade que culminaram em genocídios, desastres ambientais, catástrofes e tragédias podem ter sido perpetradas por atos estúpidos sem terem sido algum dia atos maldosos premeditados.

Lady Macbeth também diz: “[...] tirai-me o sexo, cheia me deixando, da cabeça até aos pés, da mais terrível crueldade!” (p.10) Como se o fato de haver nascido com características biológicas femininas lhe tornasse inerente a fraqueza, a bondade e a docilidade. Durante vários séculos e em várias sociedades particularizaram-se seres humanos do sexo feminino através destes adjetivos, e, isto foi decisivo na história da política como um todo. Weber coloca que “O Estado é uma comunidade humana, que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.” (1967, p.56) Nada mais apropriado neste cenário viril e resoluto do que a predominância de seres humanos do sexo masculino. E, em vista das relações sociais de gênero, até o atual século XXI não se conseguiu equiparar os dois sexos na ocupação de cargos políticos públicos em nenhum país-nação conhecido.

Observa-se quando Macbeth, em resposta à mulher, diz “*Paz, te peço. Ouso fazer tudo o que faz um homem; quem fizer mais, é que deixou de sê-lo.*” (2001, p.12) que Shakespeare cria uma situação análoga ao “pecado original” do livro Gênesis da Bíblia. Macbeth é tentado “pelo mal revestido de feminino”, conforme esta visão de mundo hegemônica na Europa ocidental medieval o feminino “por ser mais fraco” é mais suscetível às investidas e incorporações do mal.

Lady Macbeth diz “*Tudo é perdido, quando o desejo fica repartido.*” (2001, p.24). Desejo entre fazer o bem e fazer o mal na política é decisivo e é preciso escolher entre dois pólos antagônicos, não há modo de ficar entre eles, sob ameaça de não agir, de permanecer inerte e ser levado pelos acontecimentos ao invés de dar a tônica ao cenário em que se atua. E, para fazer o bem é necessário pensar, segundo Arendt (1993), é preciso duvidar, travar luta interna com o que a autora chama de “senso comum do homem”: “esse sexto e mais alto sentido que se ajusta nossos cinco sentidos a um mundo comum, e que nos capacita para nele nos orientar” (1993, p.150). Assim, pode-se chegar a conclusão de que a tarefa de pensar é anti-natural, mas, se buscarmos nas entrelinhas da razão, ou em Kant, o espírito humano tem a necessidade premente de metamorfosear o senso comum, de re-pensar. Kant, em “Crítica da Razão Pura” acrescenta que:

A capacidade de receber (a receptividade) representações dos objetos segundo a maneira como eles nos afetam, denomina-se sensibilidade. Os objetos nos são dados mediante a sensibilidade e somente ela é que nos fornece intuições; mas é pelo entendimento que elas são pensadas, sendo dele que surgem os conceitos. Todo

pensamento deve em última análise, seja direta ou indireta mente, mediante certos caracteres, referir-se às intuições, e, conseqüentemente, à sensibilidade, porque de outro modo nenhum objeto nos pode ser dado (2001, p.15).

Kant discute aqui a capacidade “a priori” do ser-humano receber um “objeto” de análise e pensar sobre ele, concentrar-se metafisicamente em questões relativas a ele, debruçar-se sobre o que o especifica e o que o delimita. Isto, segundo ele, passa pela sensibilidade inerente a este sujeito, sua capacidade de intuir sobre algo. Lady MacBeth ao final da peça enlouquece, pode-se analisar este destino trágico como reflexo da mentalidade da época do escritor, na qual mulheres que se aventuravam em subjugar a moral às ambições tinham como destino a loucura por penetrarem em espaços “masculinos”, difíceis de serem sustentados por espíritos tão fracos⁴⁷.

Pode-se também observar este final da Lady como uma evolução da própria personagem que, irrefletidamente se entregou aos desejos de poder e depois, ao se deparar com o feito, começa a pensar sobre o ato (no sentido de Arendt) e se tortura a ponto de mergulhar em loucura. Outra possível inquietude de Shakespeare na construção da personagem pode ser descrita como as divagações da consciência moral que não ousou refrear o ato excessivo de liberdade de que fala Nietzsche e acabou por culminar em crimes violentos e consecutivos.

2. MACBETH DE SHAKESPEARE: UM TIPO IDEAL DE TIRANO

Considera-se aqui, para efeito de análise, a noção rousseuniana de tirano e tirania. Rousseau acredita que, quando o Estado se dissolve, seja qual for o abuso do governo, toma o nome de anarquia.

Conforme este autor, a democracia degenera em “ociocracia” e a aristocracia em oligarquia. Seguindo esta linha de raciocínio, Rousseau irá acrescentar que a realeza degenera em tirania. O autor explica que, no sentido vulgar do termo, “o tirano é um rei que governa com violência e sem respeito à justiça e às leis. No sentido preciso, um tirano é um particular que se arroga a autoridade real sem a ela ter direito.” (2002, p.42). Observa-se que Macbeth enquadra-se perfeitamente a esta definição de tirano, utiliza a violência, e, exerce um poder sem direito de o obter, pois comete crimes para consegui-lo. Rousseau coloca que esta definição de tirania está de acordo com o que os gregos entendiam por, o poder: “davam-no indiferentemente aos bons ou maus príncipes cuja autoridade não era legítima. Assim sendo, tirano e usurpador são dois termos perfeitamente sinônimos.” (2002, p.42). Aqui se vê uma

⁴⁷ “Mulher, mulier no latim se remetia à mollitia, que significava fraqueza de espírito, moleza, flexibilidade.” (Santos, 2005, p. 37).

diferença do personagem com o pensamento de Rousseau: Macbeth estava desfrutando de um poder legítimo apesar de ilegal.

Rousseau chama de tirano o usurpador da autoridade real, e déspota o usurpador do poder soberano. Nesse sentido, Macbeth é tirano e também é déspota. Para este autor, “o tirano é aquele que se decide contra as leis a governar segundo as leis; o déspota é o que se põe acima das leis. Assim, o tirano pode não ser déspota, mas o déspota é sempre tirano.” (2002, p.42).

Ao comparar Shakespeare e Maquiavel, Chaia (1995, p.181) conclui que “a tragédia política é, além desta constante reposição de energias humanas, a certeza do inesperado, o esforço para evitar o inevitável, a busca da ordem e da harmonia, em face do desequilíbrio e do caos”. Com isso, este autor acredita que o ser humano fragmenta-se ao adentrar na esfera política, e, descobre em Shakespeare características de Maquiavel, como o realismo político e a necessidade da compreensão da natureza humana para melhor entender a política, e acaba por expressar na literatura uma visão exagerada das tensões e paradoxos dos homens divididos entre a moral e a política e entre a paixão, a irracionalidade e a política.

Para Rousseau (2002), Maquiavel, deixando-se crer dar lições aos reis, acabou por auxiliar aos povos, ao lhes fornecer material bibliográfico para reflexão crítica da realidade na qual se encontravam.

Rousseau, no clássico “Do Contrato Social”, ao analisar o interesse do monarca escreve que o “seu interesse pessoal está, antes de mais nada, em que o povo seja débil, miserável, e jamais lhes possa resistir.” (2002, p.35). Entretanto, ele diz confessar que, ao imaginar os vassalos da época em situação submissa, lhe parecia que o interesse dos príncipes residiria na existência de um povo poderoso, de modo que o tornasse temido de seus vizinhos: “[...] como, porém, tal interesse é secundário e subordinado, e as duas suposições se mostram incompatíveis, é natural que os príncipes dêem sempre preferência à sentença mais imediatamente útil para eles.” (2002, p.35).

Tirania e despotismo são características que vinculam o poder político às representações que têm-se do mal e da maldade. Shakespeare personifica o mal em Macbeth. De acordo com Ramos:

Em *Macbeth*, o mal está em sua natureza, e o próprio Macbeth sucumbe a esse temperamento maléfico, trazendo a maldade em si mesmo. A obra tem a fisionomia do seu herói, é obscura, sombria como a imagem da noite de tempestade descrita na peça. As tragédias shakespearianas remetem à violência política comum em sua época. Em *Macbeth* essa agressividade fica explícita (2008, p.21).

Macbeth: “Nós só talhamos a serpe, sem matá-la. Em pouco tempo se refará e volta a ser o que era ficando o nosso miserável ódio de novo exposto ao seu antigo dente.” (2001, p.24) Ou seja, escolher por um destes extremos (fazer o bem ou fazer o mal) requer um desencadear de ações semelhantes para garantir a eficácia das ações na manutenção do *status* e do poder. Macbeth pode ser considerado por nós para fins de análise como um tipo ideal de tirano, ao extrair-se dele a abstração personificada e alegórica, e, absorver-se apenas a significação que este representa do real, o qual se vê enredado em situações trágicas originadas de ações maléficas cometidas por ele próprio na busca pelo poder e manutenção deste.

Weber concebe o tipo ideal como um modelo, não deve corresponder a realidade pura e simplesmente, mas sim, deve orientar a reflexão sobre, deve ser um guia para entender os padrões individuais concretos existentes em determinados indivíduos que agem em sociedade. Arendt escreve que:

[...] a grande vantagem do tipo ideal é justamente não ser uma abstração personificada a que se atribui algum significado alegórico, mas ter sido escolhido em meio à multidão de seres vivos, no passado ou no presente, em virtude de ter uma **significação representativa da realidade**, que só precisava purificar-se um pouco para revelar todo o seu significado (1993, **grifo nosso**, p.153).

Weber (2005) conceitua poder como a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada. Um poder instável para ele seria aquele assentado em uma “situação de interesses”, no “costume” e na “tendência afetiva, pessoal”. Deste modo identifica três tipos de poderes: poder legal, poder tradicional e poder carismático.

O poder legal, segundo Weber (2005), tem como tipo ideal puro o poder burocrático, apesar de não ser o único que se pode encontrar nas sociedades. Este tipo de poder baseia-se no trabalho profissional do funcionário especializado instruído que possui uma obrigação oficial bem definida e objetiva.

No poder tradicional, para Weber (2005), encontra-se como tipo mais puro a dominação patriarcal. “Obedece-se à pessoa por força de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por piedade.” (2005, p.4). Pode-se questionar aqui o caráter “santificado” deste governante, que não deverá ser exatamente fruto da bondade, pois neste tipo de poder há o exercício de violência e opressão, muitas vezes em nome do “sagrado”. O que legitima este poder de mando aos servidores individuais é o privilégio concedido pelo bel-prazer singular do senhor, independente da posição do servidor na hierarquia de competência, ele pode ser privilegiado ou não de acordo com a vontade do governante. Weber (2005) coloca que a este poder falta o rigor da disciplina do poder legal. Há uma dependência pessoal do senhor: “A

tradição, o privilégio, as relações feudais ou patrimoniais de fidelidade, a honra ligada à ordem e a ‘boa vontade’ regem as relações globais.” (2005, p.6).

O poder carismático explicita Weber (2005), tem como tipos puros a autoridade do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. Neste poder “o eternamente novo, o fora do cotidiano, o nunca acontecido e a sujeição emocional são [...] as fontes de rendição pessoal.” (2005, p.9). É uma relação entre chefe e discípulos, relação social puramente pessoal (inabitual), na qual o carisma possui um caráter neutro, isto é, o governante carismático não precisa ser bom, nem necessariamente parecer bom; em alguns casos, basta ter atos surpreendentes ao senso comum dos governados. Conforme Weber (2005), o poder deste governante é enfraquecido quando ele é “abandonado” pelo seu deus, ou despojado da sua força heróica e da fé das massas na sua qualidade de chefia.

Neste sentido, para Weber (2005), em todas as relações de poder é decisiva a coação, direta ou indireta, da sujeição à autoridade. Quando esta coação se desfaz o governante pode estranhar o fato de que não há mais possibilidade de se respaldar no mando e obediência para continuar exercendo o poder. Foi o que aconteceu com o personagem shakespeariano. Macbeth assustado com a nova situação diz: “Mas os mortos, agora, se levantam com vinte fatais golpes na cabeça e de nossas cadeiras nos empurram. É mais estranho do que o próprio crime.” (p.27)

Neste contexto, crimes e atos dignos são ações do político. Será esta opção uma tarefa da consciência moral? Será uma questão de reflexão e irreflexão? Será mesmo uma questão de opção? Arendt (1993, p.166) escreve que: “Não se trata aqui de maldade ou bondade. E tampouco de inteligência ou burrice.” É como se a consciência de nossos atos fosse nossa testemunha com quem devemos conversar cotidianamente. Arendt prossegue:

Quem não conhece a interação entre mim e mim mesmo (na qual se examina o que se diz e se faz) não se incomodará em contradizer-se, e isso significa que jamais será capaz de explicar o que diz ou faz, ou mesmo desejará fazê-lo; tampouco se importará em cometer qualquer crime, uma vez que está certo de que ele será esquecido no minuto seguinte (1993, p.166).

Neste sentido, o pensar (razão) é sim uma questão de opção. Um erudito (intelecto – cognição) pode saber muitas coisas, mas pode optar por não refletir sobre elas. Uma pessoa pouco instruída pode sim refletir sobre seus atos, conscientizar-se do bom e do justo e orientar suas ações para este fim. No entanto, pode-se dizer que as ações políticas passadas produzem repercussões benéficas ou maléficas a quem as produziu? Estas ações desencadeiam consequências catastróficas para a humanidade quanto mais maléficas sejam? Arendt (1993) escreve que o pensamento trabalha com elementos invisíveis, com abstrações, coisas ausentes;

o juízo envolve coisas particulares e coisas palpáveis, concretas. No entanto, os dois se conectam de forma semelhante à interligação consciência – consciência moral.

3. A RACIONALIDADE DO JULGAMENTO E O FAZER POLÍTICA: NEUTRALIDADE?

A personagem Lady Macduff, em certo momento da peça diz: “O medo é tudo, nada o amor, e a prudência é coisa alguma numa fuga assim fora de propósito.” (2001, p.34) É possível fazer política sendo orientado pelo bem? Atos bons são realmente bons, ou utilizam-se desta roupagem para mascarar a racionalidade do julgamento, a prudência derivativa do medo da opinião pública ou das consequências quaisquer que incidam no plano pessoal daquele que atua no cenário político?

Para Weber (1967), a neutralidade técnica auxilia na organização da dominação de um Estado e é essencial para governar imensas massas. Ele revela que os diplomatas surgiram como conselheiros especializados dos príncipes, sendo arte cultivada no fazer política para defender interesses, e, não para unir povos, isto é, fazer o “bem” em si mesmo. “A jurisprudência romana é o produto de uma estrutura política que surge da cidade-estado para alcançar domínio mundial” (1967, p.66).

O personagem Ross, ao fazer uma conjuntura da política vigente (na peça de Shakespeare) diz: “Pobre pátria, revela medo até de conhecer-se. De nossa mãe não pode ser chamada, mas nossa sepultura, porque nela só ri ainda quem ignora tudo; os gritos e suspiros, os gemidos que os ares dilaceram, emitidos apenas são sem serem percebidos.” (2001, p.38) Ter a consciência dos acontecimentos vigentes, pensar sobre eles, julgar estes particulares não apenas por regras gerais desgastadas pelo hábito, mas iluminá-los no sentido de Kant seria por demais doloroso para indivíduos não acostumados a refletir sobre o “fazer política” e participação real na esfera política. Kant expõe que:

Todos os juízos são funções da unidade entre as nossas representações, que, em lugar de uma representação imediata, substitui outra mais elevada que compreende em seu seio a esta e outras muitas e que serve para o conhecimento do objeto reunindo deste modo muitos conhecimentos possíveis em um só. Mas podemos reduzir todas as operações do entendimento a juízos; de modo que o entendimento em geral pode ser representado como a faculdade de julgar. Porque, segundo o que precede, é uma faculdade de pensar (2001, p.39).

Assim, a faculdade de julgar, de pensar é crucial no fazer política. De acordo com Arendt (1993), o pensamento não cria valores, nem resultará na descoberta definitiva do que é o bem. A importância política e moral do pensamento emerge nos momentos históricos de crise, de transição. Momentos como o que o personagem Ross de Shakespeare evidencia: “As

mais violentas dores assemelham-se a emoção cotidiana; os dobres fúnebres passam despercebidos e as pessoas de bem fenecem antes de murcharem as flores do chapéu e a vida perdem sem virem a adoecer.” (2001, p.38) Quando não se pode mais agir tradicionalmente, mecanicamente, automaticamente; o pensamento é chamado a participar.

O diálogo sem som, isto é, a reflexão, deverá recompor a identidade dos indivíduos, de um povo, de uma nação, de várias nações. Ao vincular-se política com arte, além da técnica pura e simples, pode-se dizer que:

A política traduz-se em arte quando o príncipe, agindo pelo livre arbítrio, faz com que a virtude dome a fortuna, entendendo racionalmente os fatos circundantes, ou quando uma cidade produz boas leis, baseadas nos bons costumes e nos canais institucionais para participação dos cidadãos, tornando então possível a fundação de um governo republicano. Tanto para o indivíduo (virtuoso) quanto para o povo (sábio), a política é, metaforicamente, uma arte de homens em liberdade, exatamente pelo esforço e pelo conhecimento exigidos para reger ações, gerir Estados e aperfeiçoar a sociedade contra as armadilhas e dificuldades do destino - e na política elas são intermináveis. (CHAIA, 1995, p.178).

Estabelecer regras comuns e contribuir para o exercício destas são tarefas todos os indivíduos que compõem uma nação, todos devem ser seres políticos. É preciso para isso aperfeiçoar o julgamento confrontando-o entre os demais membros do cenário social. Weber e Arendt, apesar de terem pensamentos antagônicos em sua origem, Weber parte da idéia de que o ser humano cotidianamente é capaz de praticar um mal pensado e Arendt acredita que a maior parte do mal é gerado pela falta de reflexão sobre a realidade em que o ser se insere, vêem como um avanço do pensar a construção coletiva da racionalidade do julgamento.

Arendt explicita que “o juízo nada mais é que o pensamento em sua origem fenomenal, compreendida como a raiz empírica, particular e contingente da experiência em que temos acesso ao modo transcendental de abertura do espírito ao mundo.” (1993, p.28). Neste sentido, pensar e trocar pensamentos em coletivo é condição humana primordial para quem decide “fazer política” e fazê-la de modo oposto ao exposto em Macbeth.

Neste cenário de diluição do poder tirânico, o personagem shakespeariano Caithness, ao referir-se ao tirano Macbeth, diz: “Mas certo é que ele sua natureza desmanchada abarcar já não consegue no cinturão da regra.” (2001, p.42) Macbeth exerceu o poder tradicional de que fala Weber (2005), legitimado pela sucessão da coroa real, e, apesar de para isso ter cometido atos violentos e maléficos, foi um rei legítimo, mas não foi um reinado duradouro, pois ele não obteve um poder carismático (WEBER, 2005) que o propiciaria ter mais amigos que inimigos, e, com isso, certa estabilidade no trono real. Em sua maturidade dramática, Shakespeare construiu um monarca homicida que representa o mal também existente na

pretensa neutralidade divulgada de burocratas corruptos que hoje ocupam altos escalões de nossas nações e organizações internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Macbeth, Chaia (1995, p.167) coloca que “[...] o indivíduo, na sua natureza e humanidade, atravessa a vida defrontando-se consigo mesmo e com o poder, num encadeamento de fatos guiados também pelo destino.” Os acontecimentos incontrolláveis no jogo político encontram eco na obra de Shakespeare com o destino, também incontrollável e que incita Macbeth à ambição sem limites pelo poder político. Não obstante, a predestinação não decide o desenrolar dos acontecimentos, e, sim, as opções e questionamentos de Macbeth que opta refletidamente por fazer o mal, pela morte e pelos homicídios para satisfazer seus desejos pessoais de poder.

Para expressar as qualidades e os horrores da política, Shakespeare afasta-se do cotidiano da política e o alegoriza em forma de personagem tirânico para permitir ao público e ao leitor uma atitude reflexiva e crítica.

Ao deparar-se com esta obra e tentar conectá-la com o presente, nota-se que a reconciliação do pensamento com o mundo empírico no fazer política pode ser possível através da racionalidade do julgamento, do juízo refletido sobre a ação realizada ou a realizar. A experiência que se tem no mundo e o pensamento podem estar ligados através de regras dinâmicas, racionalidades jurídicas que se metamorfoseiam conforme a razão assim decidir. Não apenas a razão, mas a sensibilidade inicial do ser - humano. A decisão entre fazer o bem ou fazer o mal é crucial para o desenrolar da história dos povos, da humanidade, do planeta enquanto um todo sistêmico. Optar pelo bem requer sensibilidade, maturidade política e desejo de bem comum.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. ABRANCHES, A. (org.) MARTINS, H. et al. (trad.) RJ: Relume-Dumará, 1993.

CHAIA, M. *A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel*. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.23, p. 165-182.

KANT, I. *Crítica à razão pura*. <http://br.egroups.com/group/acropolis>, 2001.

NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*. Braga, Antônio Carlos. (Trad.). 2. ed, São Paulo: Editora Escala, 2007.

WEBER, M. A política como vocação. (original 1918) In: GERTH, H. H; C. WRIGHT MILLS. (Orgs.). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1967.

_____. Três tipos puros de poder legítimo. (Trad. Artur Morão). In: _____. *Três tipos de poder e outros escritos*. Tribuna da História: Lisboa, 2005.

RAMOS, G. F. A representação do mal em Macbeth. *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Patos de Minas: UNIPAM, p.20-31, ano 1, 2008.

ROUSSEAU, J-J. *Do Contrato Social*. file:///C:/site/livros/contrato_social.htm (35 of 72), acessado em 4/1/2002.

SANTOS, A. A. *O canto das mulheres – entre bailar e trabalhar: relação de gênero em narrativas orais (romances)*. Tese de doutorado. Salvador: UFBA/Instituto de Letras, 2005.

SHAKESPEARE, W. *Macbeth*. <file:///C:/site/livros/macbeth1.htm> (49 of 49), acessado em 02/04/2001.